A busca da autonomia camponesa a partir da apropriação da agrofloresta e a construção social de mercados: um estudo sobre o assentamento Mário Lago em Ribeirão Preto – SP

Mônica Hashimoto Iha [1]

Resumo: *Atualmente, o agronegócio tornou-se o principal modelo de desenvolvimento agrário e agrícola do campo brasileiro. Apesar de apresentar-se vinculado a uma imagem de um futuro promissor, este modelo está fundamentado em um processo de expansão territorial de grandes monoculturas e dependentes de insumos industrializados, através do qual se afirma o processo de desenvolvimento desigual vigente no Brasil. Diante da magnitude dos impactos sociais e ambientais negativos, movimentos sociais de luta pela terra irão propor novos caminhos como alternativa ao modelo agroquímico, denominado Revolução Verde. Nesse contexto, no ano de 2007, surgiu na cidade de Ribeirão Preto – SP, o Assentamento Mário Lago, formado por 264 famílias organizadas pelo MST com o compromisso de conciliar a vida no campo à recuperação e a conservação ambiental. A produção ecológica de alimentos a partir da agrofloresta trouxe, entre outros desafios, a necessidade de estabelecer formas de organização coletiva de comercialização direta, visando garantir o escoamento da produção e um preço mais justo. Este artigo apresenta a alternativa criada por este grupo na organização de um sistema de comercialização direta, caracterizando a construção social de mercados. Estes processos configuram-se como novas formas de lutas cotidianas, dos camponeses, pela autonomia.*

Palavras-chave: *Agroecologia; Agrofloresta; assentamentos; camponeses; mercados alternativos.*

The search for peasant autonomy by agroflorest appropriation and the social construction of markets: a study about Mário lago settlement in Ribeirão Preto – SP

Abstract: *The agribusiness is currently the main agricultural and agrarian development model in Brazilian countryside. This model, which is characterized by the dominance of large monoculture areas and is reliant on industrial inputs ratifies the unequal development process occurred in Brazil, while its intensive use of chemical fertilizers and pesticides puts the environment at risk. Therefore, due to the magnitude of the social and environmental negative impacts, the maintenance of this model has begun to be contested by movements which are fighting for land rights. In this context it has emerged in the city of Ribeirão Preto – SP a demand for a sustainable land reform as a new form of land use. In the year of 2007, the MST, Brazilian Landless Workers Movement has organized the Mário Lago settlement with 264 families committed to reconciling rural life with environmental recovery and conservation. This article presents alternative commercialization strategies system organized by Mario Lago's settled peasants such as the development of new models of social markets to support the agroforestry production systems, setting up new forms of peasants` daily resistance and autonomy.*

Keywords: *Agroecology, Agroflorestery, settlements, peasants, alternative markets.*

[1] Rede Agroflorestal Agroecológica, e-mail: monicahashi@gmail.com

Introdução

O estudo sobre a mudança de agricultura de base agroecológica na Geografia insere-se no âmbito da discussão geral em torno de modelos de desenvolvimento para agricultura, assim como na compreensão da recriação dos processos de subordinação camponesa.

> (...) O processo de sujeição do campesinato ao capital que está em marcha é uma sujeição que se dá sem que o trabalhador seja expulso da terra, sem que se dê a expropriação de seus instrumentos de produção.
> Assim, não há uma sujeição formal do trabalho ao capital, pois a situação da agricultura não tem o mesmo conjunto de atributos e especificidades com que se marcou a indústria, em função da qual esse conceito foi formulado. Agora, se está diante de um processo distinto na agricultura: o processo de sujeição da renda da terra ao capital. Esse é o mecanismo básico do processo de expansão do capital no campo. Esse processo se dá quer pela compra e venda da terra, quer pela subordinação da produção camponesa (OLIVEIRA, 2007, p. 12).

Um dos mecanismos de subordinação da produção camponesa está diretamente associada ao modelo de modernização agrícola, no qual ocorre um processo contínuo de expropriação dos saberes agrícolas tradicionais. Os sistemas agrícolas nativos que se organizam exclusivamente no uso de insumos orgânicos internos, passam a ser influenciados pela intensificação da dependência externa de insumos industriais. Os sistemas agrícolas da Revolução Verde desorganizam sistemas agrícolas ecológicos, estruturados na organização local, vinculando a produtividade ao consumo de insumos externos (SHIVA, 2003). As perguntas colocadas pelo geógrafo anarquista Kropotkin, na segunda metade do século XIX, vislumbrava problemas sociais e ambientais relacionados à posse das terras. Em uma reflexão sobre o contexto social miserável enfrentado pela Europa daquele período, anunciava as revoltas camponesas: “Uma questão imensa ergue-se neste momento diante da Europa. É a questão agrária, a questão de saber que nova forma de posse e de cultura do solo um futuro próximo nos reserva. A quem pertencerá o solo? Quem e como cultivará? Ninguém desconhecerá a gravidade do problema (...)” (KROPOTKIN, 2005, p.117).

A atualidade do tema demonstra que a questão agrária não se esgotou. A construção histórica do modelo agrário brasileiro associa-se ao avanço do capital no campo, não necessariamente acompanhado de relações capitalistas de produção. A concentração de terras foi mantida associada ao modelo agrícola “modernizante” denominado Revolução Verde. As mudanças conservadoras permanecem no Brasil, lembrando, mais uma vez, que o território é resultado das relações de poder na sociedade. “(...) O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se

projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder" (RAFFESTIN, 1980, p.144).

As disputas relacionadas ao domínio monopolista de grandes extensões de terra não foram superadas, permanecendo no atual debate sobre a crise ambiental e a exploração dos recursos por empresas capitalistas e a exclusão das populações. O discurso atual de preservação do meio ambiente para futuras gerações, reconhece-o como bem comum, porém, convive contraditoriamente no interior da sociedade capitalista, fundamentada na propriedade privada.

Neste contexto, faz sentido retomar a crítica de Karl Polanyi ao liberalismo econômico, a qual é, especificamente, um alerta sobre as formas de apropriação do espaço e a relação existente entre seres humanos e natureza na organização do mercado:

> A produção é a interação do homem e da natureza. Se este processo se organizar através de um mecanismo auto-regulador de permuta e troca, então o homem e a natureza têm que ingressar nesta órbita, tem que se sujeitar a oferta e a procura, e, eles passam a ser manuseados como mercadorias, como bens produzidos para a venda (POLANYI, 1944, p. 146).

Em um momento caracterizado pela disputa acirrada entre o direito de populações tradicionais, povos indígenas, camponeses e o interesse de empresas na exploração de recursos, o acesso a terra torna-se cada vez mais restrito. As diferentes formas de apropriação do espaço, evidenciam o conflito entre a reprodução da vida e os processos de acumulação capitalista. Esta ordem esteve presente, desde sua origem, ajustada sobre o sistema de mercado. Segundo Polanyi (1944), a ficção mercadoria menosprezou o fato de que deixar o destino dos solos e das pessoas por conta do mercado seria o mesmo que aniquilá-los.

O enfrentamento dos desafios ambientais pelos movimentos sociais camponeses compõe uma face do desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo. O agronegócio como modelo de produção agrícola, significa a derrubada de floresta, a destruição da fertilidade dos solos com o uso de agroquímicos, deixando à sociedade os danos provocados por uma agricultura biocida. Ao realizar o trabalho de recuperação e regeneração florestal, a fim de tornar as terras produtivas novamente, os camponeses passam a assumir os custos ambientais provocados pelo modelo anterior.

O objetivo deste artigo é expor uma experiência de construção social de mercados a partir da apropriação da agrofloresta, uma proposta de agricultura com base na agroecologia.

A agroecologia é definida como uma ciência destinada a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agriculturas convencionais para estilos de agricultura sustentáveis (CAPORAL; COSTABEBER, 2004). Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos, a fim de compreender e avaliar o efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo (ALTIERI,2004).

As ações do grupo de assentados, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em luta constante contra forças estruturais adversas na construção da autonomia camponesa, foram analisadas a partir da perspectiva teórica do reconhecimento do território como resultado das relações sociais. Os dados apresentados são parte da minha pesquisa de doutorado onde é analisada a experiência do Assentamento Mário Lago, situado em Ribeirão Preto (SP).

A pesquisa privilegiou a análise do processo social em curso no assentamento, sendo realizadas visitas espaçadas no período de dois anos, nos quais foram adotadas as orientações do método etnográfico combinadas com a observação participativa. A investigação fundamentou-se na perspectiva da busca emancipatória, combinando autores que apresentam em comum o materialismo histórico dialético, mas que seguem caminhos distintos. Nesta perspectiva heterodoxa, esta pesquisa buscou o sentido de uma construção teórica de um utopismo dialético, exposto por David Harvey (2006), com o intuito de abordar o protagonismo das lutas sociais em questão.

A valorização da cultura urbana relacionada ao fato das grandes cidades se estabelecerem como centro de acumulação capitalista, provoca processos de desvalorização do que é periférico. Parte do rural se mescla ao processo de desvalorização e marginalização das periferias urbanas. A apropriação da agrofloresta pelo MST, além de ser uma alternativa ao modelo agrícola do agronegócio, tornou-se um elemento de oposição cultural e valorização do rural em oposição da centralidade do mercado na organização da vida social.

A proposta foi impulsionada pela atuação da Cooperafloresta, Associação dos Produtores Agroflorestais de Barra do Turvo, no ano de 2013. Este encontro entre sujeitos sociais das lutas camponesas e os técnicos da Cooperafloresta, é descrita pelo técnico Osvaldinho como: “um encontro entre a arte de juntar gente com a arte de juntar plantas”.

Este acontecimento caracteriza o socioambientalismo presente na disputa pela posse das terras, no qual há convergência de reivindicações ambientalistas da cidade de Ribeirão Preto e das lutas pela reforma agrária organizadas pelo MST. A partir da denúncia de práticas de exploração de trabalho, além do descumprimento das leis ambientais e a preocupação com os impactos deste modelo na saúde humana, surge a proposta de uma reforma agrária com base na agroecologia, em oposição ao modelo do agronegócio. A preocupação ambiental destacou-se pelo fato do município localizar-se em uma região de recarga do aquífero Guarani. O reconhecimento dessa importância, fundamentada nos laudos e estudos específicos, impulsionou os movimentos sociais, Ministério Público e o Incra, a elaborar um Termo de Ajustamento de Conduta, definindo as regras para dar a posse das terras aos agricultores beneficiados. O termo define a proibição do uso de agrotóxicos nessas áreas e a agricultura com base na agroecologia como alternativa para produção de alimentos no assentamento. Nesse documento, cerca de 15% da área de Reserva Legal, delimitada em 35% da área total do assentamento, poderia ser utilizada para produção a partir de técnicas agroflorestais associadas à recuperação ambiental.

Enquanto as ações do MST envolvem a organização dos sujeitos sociais em torno da conquista da terra, a prática da agrofloresta envolve o conhecimento ecológico dos processos de sucessão espaço-temporal das espécies de plantas, assim como sua combinação. O conhecimento agroecológico praticado pela Cooperafloresta, teve influência, entre outros que merecem destaque, da atuação prática orientada, principalmente por Ernst Götsch, que definiu esta modalidade de agrofloresta como agricultura sintrópica. Esta denominação tem origem na física e é atribuída aos processos ecológicos no qual a regra dos sistemas naturais é a complexificação, com maior número de espécies possíveis, tornando-o cada vez mais rico, aumentando a taxa de fotossíntese. O reconhecimento desse processo, no qual a floresta se recupera a partir de processos de combinação de diferentes espécies de plantas, foi adaptado por essa modalidade de agricultura para o cultivo de culturas agrícolas e florestais.

A organização em torno da proposta da agrofloresta foi realizada pela associação do assentamento (Associação Agrícola Dom Hélder Câmara) a partir de encontros semanais para divulgação da proposta e organização dos camponeses. A estrutura de organização coletiva do assentamento, em torno de núcleos, foi utilizada para definição dos grupos de trabalho responsáveis pelas oficinas de implantação e manejo de agrofloresta. Essas tornaram-se momentos de incentivo para formas de cooperação e ajuda no trabalho agrícola, presente nas

antigas práticas dos mutirões. Os encontros passaram a ter a característica de troca de experiências e conhecimento, ao mesmo tempo em que era realizado o trabalho de implantação das agroflorestas nas áreas de reserva e nos sítios. Cada família participante do projeto, ao receber um mutirão-oficina, deveria dispor de membros da família para o mesmo trabalho em outro sítio, continuando desse modo, o processo de implantação de agrofloresta em outros sítios.

A agrofloresta, nesse sentido, contribuiu com as lutas cotidianas para estabelecer o tempo-espaço camponês, no qual, há uma reorganização da produção com o fortalecimento da autonomia, dessa forma, capaz de fortalecer a campesinidade como um conjunto de aspectos socioculturais referentes à organização tipicamente camponesa, na qual prevalece também uma ordem moral (WOORTMANN, 1990). No entanto, isso não significa um retorno ao passado, mas a identificação da persistência de categorias que caracterizam o campesinato ao longo de períodos históricos distintos. Em sua dimensão espacial, revelam a continuidade do projeto camponês, no qual prevalece o significado da terra como meio de vida a partir do trabalho organizado pela família (TAVARES DOS SANTOS, 1978).

Nessa perspectiva, portanto, a apropriação camponesa da terra é definida a partir da ética camponesa. Segundo Woortmann (1990), o camponês:

> Não vê a terra como objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade; não em exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas. Vê-se a terra, não como natureza na qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre o qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio ou como dádiva de Deus a terra não é simples mercadoria (WOORTMANN, 1990, p.12).

Essa concepção de dedicação ao trabalho na terra caracteriza a forma de apropriação que define uma territorialidade camponesa, muito presente nos relatos dos assentados ao apresentar o sonho em estabelecer o projeto camponês. Para mostrar essa dimensão destaco um trecho da entrevista realizada durante à visita ao lote da senhora Érica, no qual ela revela dificuldades presentes na escolha dos assentados e os valores que justificam sua permanência na terra:

> O que eu gostaria, mesmo, meu projeto desde o começo, sempre foi eu e meu marido trabalhar. Mesmo que os meninos forem trabalhar fora em outra coisa, não sei qual a intenção deles... Mas que eu e ele, pelo menos, nós dois, a gente possa se manter da terra, viver da terra, da nossa produção, do que a gente produzir... E ter uma vida boa.

> Porque não é vida, pra gente... Ter aqui (o lote) e ter que sair pra fora para trabalhar. Não é vida pra gente, nem pra nossa terra. Porque é o que eu falo: a terra, se não for a sua mão, sua lida, sua mão no dia a dia, ela não tem valor. O valor da terra está em nosso trabalho, tá naquilo que a gente faz, no que a gente cultiva. A terra, somente terra não tem valor nenhum. (Comunicação pessoal, 10/01/2016)

A luta pela reforma agrária é composta por um público diverso, nem sempre agricultores, e poucos com experiência agrícola anterior. Apesar de tal característica, este não foi fator de impedimento para o aprendizado das práticas agroflorestais. O acesso ao conhecimento específico sobre um saber-fazer agricultura, mediado pelas oficinas-mutirões de agrofloresta, foram impulsionadoras de muitas transformações sociais: da condição de boias-frias e trabalhadores em situação precária, alguns tornaram-se camponeses autônomos, o que caracteriza o dinamismo dos processos sociais de recampesinização.

Por envolver uma característica relacionada à apropriação de um modo de fazer agricultura para tornar-se camponeses, utilizo o termo recampesinização para caracterizar o processo vivido por esses assentados. Ploeg (2008) define este conceito para analisar a dinâmica social dos camponeses que retornam para trabalhar no campo quando encontram uma alternativa capaz de gerar renda e os fixar na terra.

Tais processos não ocorrem sem o enfrentamento contínuo de contradições, uma vez que racionalidade mercantil prevalece no capitalismo, quase sempre apropriando-se das experiências não capitalistas de organização do trabalho. Neste momento, ao examinar o processo de construção social de mercados através da apropriação da agrofloresta, pretende-se destacar outros aspectos das lutas camponesas, como propõe Jim Scott (1986) sobre as lutas cotidianas enfrentadas pelos camponeses: “Everyday forms of Peasant resistance”.

Um novo sentido para a comercialização direta: a ressignificação dos Sem-Terra e a busca pela autonomia camponesa

Esta nova forma de atuação do MST, na organização da produção e comercialização com base na agroecologia, caracteriza as novas lutas sociais do campesinato presente no cotidiano dos assentamentos. A busca pela consolidação de espaços de comercialização adequados à produção

gerada a partir das agroflorestas dos camponeses é uma dessas lutas. Essa reivindicação nega as formas anteriores de subordinação da produção camponesa, solicitando a construção social de mercados, de novos espaços nos quais seja possível promover uma nova relação das famílias agricultoras com a sociedade através da venda direta de cestas agroflorestais para os consumidores finais.

O objetivo das cestas agroflorestais está além da expansão da agrofloresta no assentamento, não é simplesmente uma forma de contribuir para uma produção sustentável dentro dos mecanismos do desenvolvimento limpo, ou para ocupar nichos de mercados de produtos "verdes" dentro das políticas da globalização econômico-ecológica (LEFF, 2002). A proposta é permitir condições de construção de mercados por parte dos agricultores e possibilitar aos consumidores condições de acesso aos alimentos ecológicos, bem como vislumbrar a construção de processos contra hegemônicos aos padrões da globalização capitalista (PEREZ-CASSARINO, 2013).

A proposta da comercialização direta pelo grupo do MST de Ribeirão Preto estava muito além da compreensão original de eliminação dos intermediários e do aumento dos ganhos econômicos. A questão avançou para discussão profunda com a sociedade, na qual não desejavam estabelecer apenas uma relação de venda. O desafio estava em promover uma nova relação social entre aquele que produz e aquele que consome, mediada pelo alimento, exigindo a valorização deste como valor de uso, no qual o produto colhido na roça e produzido na agrofloresta deve assumir um grau de importância superior à de uma simples mercadoria. O termo valor de uso é definido por Marx em oposição ao valor de troca. O primeiro é definido por sua utilidade e sua característica em atender uma necessidade particular. O segundo é definido pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la. É uma abstração que fundamenta a troca, sujeito às flutuações que determinam o preço no mercado (MARX, 1983).

Nessa proposta, o valor que está implícito no trabalho do camponês para gerar o alimento deve ser reconhecido, assim como seu papel na sociedade. Os caminhos encontrados seguem através da construção social de mercados, a partir da comercialização direta. Esta compõe-se da organização coletiva da produção dos sítios, envolve a entrega ao consumidor em pontos de comercialização na cidade, e estende-se a visitas programadas ao assentamento com o intuito de aproximar produtores e consumidores.

No Assentamento Mário Lago, o processo de comercialização direta das cestas agroflorestais teve início em abril de 2015 pelas famílias organizadas pelo MST, com o apoio de um pequeno grupo de consumidores. Os primeiros pedidos somaram um total de 125 cestas.

A importância da produção para o consumo também ganhou destaque quando começou a concorrer com a produção para o mercado. Durante as reuniões de organização das cestas agroflorestais, apelidada pelos agricultores de "pregão", os assentados decidiram, em alguns momentos, não vender o produto e manter esses para o consumo próprio. Quando Vandei, coordenador da reunião, levantou com os agricultores a disponibilidade de cada item para compor a cesta, anunciando a oferta: "Quem tem tomate?" surgiu o comentário: "Lá em casa até tenho, mas a Cristine quer tudo pra ela!"

A nova produção agroflorestal no qual se inserem mostrou-se bastante promissora. As primeiras colheitas foram acompanhadas de um sentimento de orgulho pelos frutos produzidos, desencadeando momentos no qual a atitude de "negar" a venda para autoconsumo acabou promovendo uma descoberta positiva de si mesmo como agricultores, e um fator de valorização de sua produção frente ao mercado, contrapondo-se aos antigos processos de subordinação ao trabalho nas cidades. A atitude dos mais jovens de orgulhar-se e apropriar-se da produção usufruindo da fartura produzida por eles é motivo de alegria e ao mesmo tempo estranhamento dos pais que tiveram um passado de pobreza. Paraguai, um dos pioneiros na agrofloresta no assentamento, comenta: "Ah, o meu filho, o Rodrigo, quer tudo só pra ele! Lá em casa o maracujá é só dele, se deixar ele come tudo sozinho! "

A agrofloresta significou também a possibilidade de produzir para o autoconsumo, favorecendo a segurança alimentar das famílias, diminuindo gastos com alimentação e significando uma melhora na qualidade nutricional da alimentação do grupo. A produção diversificada favoreceu a inserção de novos itens como verduras e frutas na dieta alimentar do grupo.

A composição das cestas é realizada de forma que não haja repetição de produtos da semana anterior, devendo conter uma variedade de itens, entre legumes, verduras e frutas. São dois tamanhos diferentes de cesta: pequena e grande. Na reunião os produtores informam os itens disponíveis nas roças para compor a cesta da semana, os quais são anotados em uma lousa e registrado no computador em um programa que permite organizar e visualizar o registro das vendas e volumes comercializados pelas cestas. Em uma planilha contendo o preço dos produtos e

o peso entregue pelos camponeses, é feito um cálculo estimado, oferecendo dessa forma um parâmetro para a composição da cesta.

O cálculo econômico é estimado após a escolha qualitativa feita no pregão, realizando-se uma simulação da composição da cesta e, quando necessário, modificando algum item no momento da reunião. Na composição há um equilíbrio na escolha dos produtos e na busca de uma padronização. A cesta pequena é montada com o peso de referência de 5 kg, contendo em média de 8 à 9 itens entre folhosas, legumes e frutas, a qual foi comercializada no mês de setembro de 2016 pelo valor de 32 reais. A cesta grande conta com aproximadamente 8 kg, contendo em média de 10 à 11 itens, sendo comercializada pelo valor de 45 reais nesse mesmo período.

A composição das cestas é divulgada para o grupo de consumidores cadastrados todas às segundas-feiras à noite, após a reunião. A divulgação é realizada através da página do Facebook "cestas agroflorestais", do grupo WhatsApp e por e-mail. Os produtos são entregues em uma sacola de juta retornável, devendo a mesma ser trocada semanalmente nos respectivos pontos de entrega.

Após a definição dos itens, os camponeses realizam a colheita, a qual ocorre todas às terças-feiras de manhã, a fim de que o produto seja entregue às 15h do mesmo dia. A montagem das cestas é feita em um barracão ao lado da casa sede da fazenda. Os produtos são recebidos por um grupo responsável pelos processos de pesagem, higienização e acondicionamento dos produtos nas cestas para a entrega. A grande vantagem deste sistema de comercialização é a otimização de recursos, com perdas mínimas para os camponeses, uma vez que os produtos colhidos serão destinados em sua totalidade para os consumidores.





Figura 1: colheita dos produtos que irão compor as cestas. **Figura 2**: Montagem das cestas para entrega.
Fotos: Mônica Iha (2015).

Este modelo de comercialização oferece segurança ao assentado mediante a garantia de venda antecipada dos produtos. Para o consumidor, a cesta oferece produtos frescos, colhidos no mesmo dia, e a estabilidade dos preços, uma vez que esses permanecem os mesmos ao longo do ano, protegendo-o das oscilações presentes no mercado. Todas essas condições são formalizadas em um termo de adesão, no qual está presente as regras de pagamento e de desistência, no qual o consumidor assina um termo de compromisso com os camponeses produtores.

O respeito e a ajuda mútua também seguem como princípios que devem estar presentes no acordo entre produtores e consumidores. Nesse sistema, os produtos devem ser retirados no local, dia e horário mencionado. No ato da retirada, o consumidor precisa assinar a lista de entrega da cesta. O ponto escolhido para retirada deve ser combinado previamente, de maneira geral, no momento da assinatura do contrato de adesão. Até o final de 2015, o grupo contava com 4 pontos de entrega: Escola Bela Lira, Estação Luz, Loja Livre Leve e UGT (União Geral dos Trabalhadores). Em junho de 2016 foi aberto um novo ponto na ARFUSP (Associação dos Funcionários da USP).

Há também a opção de abertura de um novo ponto, a partir da formação de um grupo de 8 cestas em um mesmo lugar, sendo necessário um local disponível e uma pessoa responsável.



Figura 3: O caminhão refrigerado, conquistado a partir do apoio de projetos ambientais, proporcionou autonomia na comercialização. Fotos: Mônica Iha (2015)

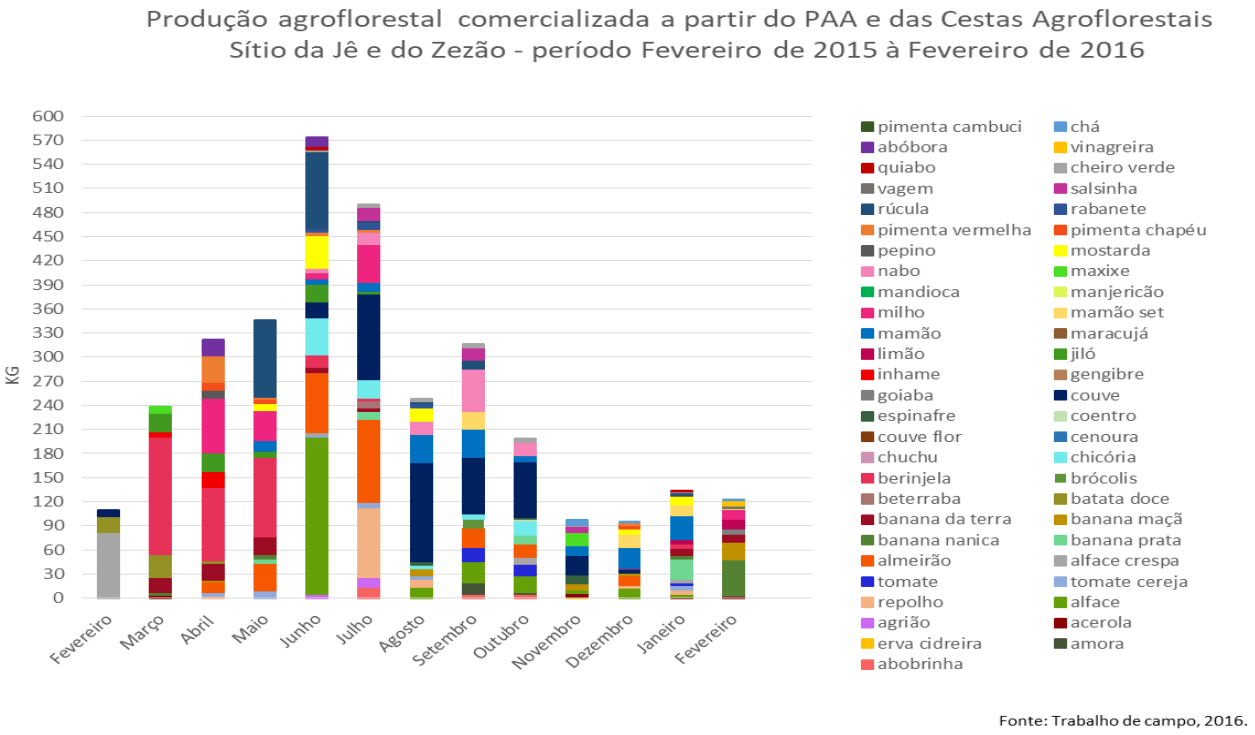
Porém, há também desafios relacionados à harmonização entre o volume da produção e o volume de produtos necessário para a distribuição das cestas, o qual é repartida entre os membros do grupo, de acordo com a composição semanal. No entanto, a renda gerada pela comercialização a partir das cestas agroflorestais ganhou importância significativa. Em uma análise da produção em dois sítios dedicados à produção agroflorestal, as cestas foram responsáveis por cerca de 60% da renda. O restante compõe-se principalmente de compras governamentais, como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), o qual foi lançado pelo Governo Federal em 2003 e que impulsionou a produção nos assentamentos inserindo os agricultores na venda direta às instituições públicas, como escolas, creches e asilos (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2015).

Os dados referentes à comercialização resultante da produção e comercialização agroflorestal segue no gráfico em anexo. O sítio analisado pertencente ao casal Jesuíta e Zezão, ex- boia-frias, trabalhadores nas lavouras das usinas da região. O sítio possui cerca de 1,5 hectares, sendo pouco mais de um hectare destinado a agrofloresta. Nessa área bastante reduzida, na qual o casal dedica-se ao trabalho na agricultura, é possível notar ganhos consideráveis em relação à renda e a alta agrobiodiversidade, o que os diferencia dos sistemas agrícolas convencionais, e se apresenta como uma das grandes vantagens deste sistema agrícola. Essesefeitos positivos (renda e agrobiodiversidade) podem ser compreendidos essencialmente como produtos da intervenção do homem sobre os ecossistemas, de sua inventividade e criatividade na interação com o ambiente natural. Os processos culturais, os conhecimentos, as práticas e inovações agrícolas, desenvolvidos e compartilhados pelos agricultores, são componente chave da agrobiodiversidade (SANTILLI, 2015).

O valor total da renda bruta anual produzida pelo sítio, no período de fevereiro de 2015 a fevereiro de 2016, atingiu 8.653 reais, sendo 4.684,80 reais provenientes das cestas agroflorestais e 3.968,20 reais resultantes da venda para o PAA. A análise dos rendimentos mensais permite notar as oscilações presentes nesta unidade econômica camponesa, comportamento esse comum em cultivos no qual há a busca do equilíbrio ecológico, sendo suscetíveis a pragas em alguns períodos. Os meses de maior receita foram junho, com a venda de 1.089 reais pelo PAA e 620,79 reais para cestas agroflorestais, e setembro, com a venda de 780,00 reais para as cestas e 300,00 reais pelo PAA. A renda mensal média dos 12 meses acompanhados foi de 721,08 reais.

No período pesquisado, como pode ser visto no gráfico de produção apresentado a seguir, foram colhidas e comercializadas 52 espécies neste sítio, no qual ainda deve-se somar a estas, outras espécies de frutas, além da possibilidade de comercialização de madeira, prevista no planejamento do processo de sucessão da agrofloresta.

Chayanov (1974), ao avaliar a grande propriedade comparando-a com pequenas propriedades, considera a concentração vertical uma das formas mais importantes de organização no meio rural (CARVALHO, 2013). No caso acompanhado nesse estudo, essa medida tem sido utilizada para combinar a produção de diferentes propriedades camponesas procurando atingir o volume e a diversidade exigida pelas cestas. O planejamento da produção é um dos grandes desafios para o grupo de produtores, no qual apostam como ponto fundamental para melhorar a distribuição da demanda das cestas e a ampliação desta forma de comercialização.



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Figura 4: Gráfico da produção agroflorestal do sítio Ipê Amarelo comercializada no período de fevereiro de 2015-2016.
Fonte: autor (2016)

Considerações Finais

A relação estabelecida com consumidores-apoiadores tornou-se um fator constituinte na afirmação social do camponês. Esta nova condição irá construir outro sentido de transitar pelo espaço urbano, no qual, ao oferecer à sociedade os frutos de uma reforma agrária agroflorestal, capaz de produzir e recuperar o ambiente, apresenta-se à cidade como protagonista da conservação ambiental.

A busca pela consolidação de espaços de comercialização adequados à defesa da agrofloresta passa a ser parte da luta pela autonomia, negando as formas anteriores de subordinação da renda da terra camponesa através da construção social de mercados. Nesses novos espaços de comercialização e encontro, ainda pouco consolidados, são estabelecidas relações entre as famílias agricultoras e parte da sociedade, favorecendo a expressão de um nível maior de autonomia de ambos: camponês e consumidor em relação ao mercado.

O diálogo para construção de mercados diferenciados para os produtos agroflorestais segue como uma reivindicação do campo para consumidores da cidade. Nessa relação, os camponeses desejam o reconhecimento da produção agroflorestal, suas especificidades, ritmos e riscos. Se a sociedade urbana industrial impôs o revés ao campo, agora a reivindicação se inverte, os agrofloresteiros-camponeses não desejam apenas o mercado, mas condições diferenciadas para atender a causa socioambiental.

Ao contrário do que deseja o neoliberalismo, que empurra para o mercado todas as soluções, os camponeses estão buscando soluções fora da arena imposta de sujeição às grandes redes de supermercados ou mesmo da dependência ao Estado. A busca pela construção social de mercados segue como forma inventiva de aproximar consumidores dos processos de produção de alimentos e das condições as quais estão submetidos os agricultores, em oposição à lógica do afastamento e da alienação que seguem como consequência da expansão de um sistema alimentar mundial (MINTZ,2001).

Essa atuação do MST caracteriza as novas lutas sociais do campesinato presente no cotidiano dos assentamentos. Além da luta pela autonomia camponesa, a apropriação da agrofloresta contribuiu para este grupo na construção de uma imagem positiva do MST.

Referências bibliográficas

ALTIERI, Miguel A. **A dinâmica produtiva da Agricultura Sustentável**, 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa n. 4 de 8 de setembro de 2009. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 9 de setembro de 2009. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/pnf/_arquivos/in_mma_04_2009_5.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2016.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE. Resolução n. 429, de 28 de fevereiro de 2011. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, n° 43 Brasília, DF, 2 de março de 2011. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=644>. Acesso em 17 jan. 2016.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A.; **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília:

MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CHAYANOV, A. **La Organización de la Unidad Econômica Campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.

CARVALHO, P. Chayanov e a teoria do cooperativismo. In: **Chayanov e o campesinato**. Org: CARVALHO, H. São Paulo : Editora Expressão Popular, 2014. p. 163 – 178.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. Edições Loyola, São Paulo, 2015.

IHA, M. **A apropriação da Agrofloresta como forma de afirmação da reforma agrária: um estudo sobre o processo de recampesinização no Assentamento Mario Lago em Ribeirão Preto-SP.** 2017. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Faculdade de Filosofia Letras e Ciência Humanas da Universidade de São Paulo, 2017.

MARX, K. **O Capital.** Tomo I, v. I, caps. I, II, III; tomo II, v. V. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 242-250.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Disponível em <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa > Acesso: 12 de nov. 2015.

MINTZ, S. Comida e Antropologia: uma breve revisão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 16 nº 47 outubro/2001.p. 31-41.

OLIVEIRA, A.U. Agricultura e indústria no Brasil. In: **Boletim Paulista de Geografia**, n. 58. São Paulo: AGB, 1981.p.6-64.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007.

PEREZ-CASSARINO, J. Agrofloresta, autonomia e projeto de vida: uma leitura a partir da construção social de mercados. In: STEENBOCK, W; COSTA E SILVA, L; SILVA, R, O; PEREZ-CASSARINO, J; RODRIGUES, A; FONINI, R. (Org.). Agrofloresta, Ecologia e Sociedade. Curitiba: Kairós, 2013, p. 233-272.POLANYI, Karl. (1944) **A Grande Transformação**: as origens de nossa época. 2. ed. Rio de janeiro: Elsevier, 2012.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Editora UFRGS, Porto Alegre, 2008.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1980.

SANTILLI. O que é agrobiodiversidade? **Unidades de Conservação**. Disponível em <https://uc.socioambiental.org/agrobiodiversidade/o-que-%C3%A-agrobiodiversidade>. Acesso em: 29 out. 2015.

SCOTT, J. Everyday forms of peasant resistance. **The Journal of Peasant Studies**, 13:2, 5-35, 1986. Doi: 10.1080/03066158608438289.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: GAIA, 2003.

TAVARES DOS SANTOS, J.V. **Colonos do vinho. Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Hucitec, 1978.

KROPOTKIN, P. A Questão Agrária. In: **Palavras de um revoltado**. São Paulo, Imaginário, 2005.

LEFF, Enrique. **Ecologia Capital e cultura**: territorialização da racionalidade ambiental. São Paulo: Vozes, 2009.

WOORTMANN, E.F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra: a lógica da lavoura camponesa.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.